

Informações sobre Pesca e Piscicultura do Nordeste Brasileiro

RUI SIMÕES DE MENEZES

Em junho de 1971, demos as seguintes respostas a dois pedidos de informação, formulados pela Comissão Especial da ARENA de Estudos do Nordeste (COCENE). O relatório dos trabalhos desta Comissão do Congresso Nacional foi entregue, a 3.9.1971, ao deputado Batista Ramos (resumo em **O Estado de São Paulo**, 4.9.1971).

1ª Pergunta: — A piscicultura tem sido adotada em todos os açudes? Qual a rentabilidade desse tipo de investimento?

1ª Resposta: — Todos os açudes públicos, administrados pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), têm sido povoados com peixes e crustáceos selecionados; e vários milhares de açudes particulares. Para tanto, mantém o DNOCS 4 postos de piscicultura, sendo 2 no Ceará (Amanari, município de Maranguape; e Lima Campos, município de Icó); um no Rio Grande do Norte (Itans, mun. de Caicó); e um na Bahia (Jacurici, mun. de Itiúba). Objetivando a introdução de métodos avançados de piscicultura intensiva (no Japão, em água corrente, com peixes de água doce criados em gaiolas submersas, em regime de confinamento, para engorda, foram conseguidas produções astronômicas de 4 milhões de kg de pescado por hectare/ano), funciona, em Pentecoste, a 90 km de Fortaleza, uma Unidade Experimental de Piscicultura Intensiva; e, no mesmo local, os laboratórios e viveiros da Divisão de Pesquisas Ictiológicas do DNOCS.

No respeitante à rentabilidade do peixamento dos açudes, bastaria citar o caso do açude público "Caxitoré", Ceará. Ali, em 1970, a Fescada do Piauí, **Plagioscion squamosissimus** (que atinge até 10 kg e é um peixe da bacia do Parnaíba, estudado e disseminado no Nordeste, pelo DNOCS, a partir de 1946), contribuiu com . . . 113.546 kg ou 82,2% do total do pescado desembarcado.

Mais de vinte especialistas do Haiti, Guiana (ex-Guiana Inglesa), Colômbia e Venezuela têm estagiado nos serviços de pis-

cicultura do DNOCS, os quais são considerados, pela FAO, como os de maior significado econômico da América Latina. Mais de meio milhão de trabalhos científicos têm sido publicado pelos especialistas do DNOCS.

2ª Pergunta: — Quais os efeitos sociais e humanos da irrigação e piscicultura?

2ª Resposta: — No Nordeste Brasileiro, nos açudes públicos administrados pelo DNOCS, em 1970, foram capturados 10.905.722 kg. de pescado, valendo Cr\$ 8.979.549,33. Beneficiou esta produção a vários milhares de pessoas, entre pescadores e consumidores. Muitos dos pescadores, além desta renda, desfrutam também de rendimentos auferidos da agricultura nas vasantes e lotes secos do DNOCS.

No açude público "Araras" (um bilhão de metros cúbicos de água), administrada pelo DNOCS e auxiliada pela SUDENE, funciona, por iniciativa do signatário, uma Cooperativa Mista de Pesca, beneficiando a todos os pescadores deste lago artificial. O mesmo signatário está prestando assistência técnica a um "Projeto da Racionalização da Pesca do Açude "Epitácio Pessoa" (Boqueirão, Paraíba)", para o qual preconizou, em relatório de 9.6.1971, a construção de uma fábrica de gelo em escama de 2,5 t/dia; a constituição de uma cooperativa de pescadores; a construção de 10 tanques, de 400 m², cada, para fornecer matrizes à piscicultura intensiva; a realização de estudos de biologia pesqueira, com a finalidade de incrementar a produção de pescado do açude focado.

No ano de 1970, em 37 açudes públicos administrados pelo DNOCS, no Ceará, a produção de pescado ascendeu a 6.578.699 kg, beneficiando a 6.901 pescadores. A produção por pescador, no ano considerado, orçou em 953 kg. Avaliando esta produção ao preço médio de Cr\$ 1,50/kg, teremos uma renda "per capita"/ano de Cr\$ 1.429,50. Representa isto um salário mensal "per capita" de Cr\$ 119,12, o qual, praticamente, equivale ao salário mínimo de Fortaleza em 1970. Cumpre acentuar, como ficou acima assinalado, que muitos desses pescadores, além da renda do pescado, dispõem também de rendimentos auferidos com a lavoura nas vasantes e lotes secos dos açudes administrados pelo DNOCS.

A DESNUTRIÇÃO E O PAPEL DA PESCA E PISCICULTURA

O jornal "O Estado de São Paulo", sob o título "Subnutrição no NE tem várias causas", publica o seguinte (7.8.1971): —

"O professor Nelson Chaves, do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, para quem duvidar, mostra as estatísticas. Setenta por cento das crianças de um a cinco anos es-

tão sofrendo de desnutrição. E, o que é mais grave, pesquisas recentes registraram a ocorrência de casos que não aconteciam há dez anos: a desnutrição calórico-protéica, que é uma de suas formas mais agudas. Daí para deficiências irreversíveis no desenvolvimento dessas crianças, é um passo. E o prof. Nelson Chaves relaciona essas crianças com os excepcionais: — “Fala-se que há sete milhões de excepcionais no Brasil. A estes, devemos somar os excepcionais por desnutrição grave, cujo número não se pode calcular ainda”. A seguir, mostrou um paradoxo: a desnutrição tende a aumentar no mundo, à medida que são desenvolvidos recursos científicos e técnicos para a produção, transporte e conservação dos alimentos. A desnutrição não ocorre apenas nos países subdesenvolvidos mas também nos países industrializados. “E no entanto — diz Nelson Chaves — a terra, os mares, os lagos e os rios podem alimentar uma população muito maior que a atual”. A explicação: a desnutrição aumenta por causa do crescimento populacional e do excesso de tecnologia que marginaliza o homem do processo de produção, provoca o desemprego em massa e a consequente baixa do poder aquisitivo da população. O primeiro fator não pode ser corrigido com o controle dirigido da natalidade; o segundo é mais complexo ainda, “porque ninguém pode ir de encontro à tecnologia. Para sair do impasse, o prof. Nelson Chaves pensa que o controle populacional pode ser feito naturalmente, à medida que o povo se vai alfabetizando e adquirindo uma melhor visão da vida. E o excesso de tecnologia? Para corrigir esse problema, “é preciso que o homem seja menos ambicioso e menos imediatista”. É preciso que os políticos deixem de considerar o homem “uma simples peça de desenvolvimento econômico”. A solução apontada pelo prof. Nelson Chaves para resolver o problema da desnutrição a curto prazo, na zona da mata de Pernambuco, é amparar os desnutridos em centros de recuperação que já funcionam no Estado. Esses centros recuperam as crianças num período de 4 meses, a um custo de 2 cruzeiros por dia — 15 a 20 vezes mais barato que o custo hospitalar. A médio e longo prazos, acredita o prof. Chaves que a solução é elevar o nível econômico da população. Melhorar o aproveitamento da terra, da pecuária, da PESCA; estimular o cultivo de cereais e elaborar produtos baratos que possam ser adquiridos pela população. Para isso, o governo suíço enviará uma missão para trabalhar em convênio com a SUDENE, no Nordeste. O objetivo é desenvolver uma tecnologia alimentar regional. Assim “será possível diminuir o índice de mortalidade infantil e de deficiência de vários tipos — consequência da desnutrição”.

Um método eficiente de produzir proteínas animais, a baixo custo, é descrito no nosso trabalho “PISCICULTURA DA TILÁPIA EM PROJETOS DE IRRIGAÇÃO”. — Fortaleza, setembro de 1971.